

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2009

Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que *cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica*, para estender o Benefício Garantia-Safra à área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A ementa da Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, passa vigorar com a seguinte redação:

“Cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem ou excesso hídrico, nas regiões que especifica.”  
(NR)

**Art. 2º** Dê-se a seguinte redação ao art. 1º da Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002:

“**Art. 1º** É criado o Fundo Garantia-Safra, de natureza financeira, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, e instituído o Benefício Garantia-Safra, com o objetivo de garantir condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares de Municípios sistematicamente sujeitos a perda de safra por razão do fenômeno da estiagem ou excesso hídrico, situados nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO, definidas respectivamente pelas Leis Complementares nº 125, de 3 de janeiro de 2007, e nº 129, de 8 de janeiro de 2009.” (NR)

**Art. 3º** O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto no inciso II do *caput* do art. 5º e no art. 16 da Lei Complementar

nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante do benefício decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, que acompanhará o projeto de lei orçamentária cuja apresentação se der após decorridos 60 (sessenta) dias da publicação desta Lei.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Em 3 de janeiro de 2007, por meio das Leis Complementares nºs 124 e 125, foram reestruturadas as Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Essas medidas podem ser consideradas marcos importantes no processo de integração regional.

No entanto, entendemos que a região Centro-Oeste deve igualmente fazer parte das políticas públicas para minoração de desigualdades socioeconômicas. Temos percebido que o processo legislativo tem reconhecido o mérito das reivindicações do povo da nossa Região. Entretanto, é necessário se destacar que as medidas têm sido tomadas com diferimento temporal.

Como exemplo maior, citamos o caso da reestruturação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), que só ocorreu por meio da Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, ou seja, dois anos após tratamento específico para as regiões Norte e Nordeste.

Em que pesem as ponderações corretas de que aquelas regiões ainda se encontram com menor desenvolvimento relativo, gostaria de fazer a ressalva que esse fato não é verdade para todos os segmentos sociais.

No caso dos agricultores familiares que passam por perdas por catástrofes em razão do fenômeno da estiagem ou excesso hídrico, a situação é praticamente igual. São pessoas com baixa renda, com pouca capacidade econômica para suportar tais desastres, que não dispõem de alternativas para recuperação, que vivem do seu trabalho duro e que são arrastadas para uma situação de penúria incompatível com o sistema de proteção social que, entendemos, deva prevalecer no Brasil.

Visando a minorar tais efeitos, apresentamos o presente projeto de lei com o fim de estender o Benefício Garantia-Safra à área de atuação da SUDECO.

Entendemos que o Benefício Garantia-Safra – programa criado no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso com o nome de Seguro-Safra – tem ajudado os pequenos produtores rurais nordestinos a enfrentarem fenômenos naturais, e será igualmente útil para reduzir a pobreza e fortalecer a agricultura familiar na região Centro-Oeste.

Face ao exposto, esperamos contar com o apoio de nossos eminentes Pares para a aprovação desta proposição legislativa.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 2009

Senadora **MARISA SERRANO**